

Ensino e pesquisa em arquivologia: cenários prospectivos



**Renato Pinto Venâncio
Welder Antônio Silva
Adalson Nascimento
(organizadores)**



**V Reunião Brasileira de Ensino e
Pesquisa em Arquivologia**

**Ensino e pesquisa em arquivologia:
cenários prospectivos**

Renato Pinto Venâncio
Welder Antônio Silva
Adalson Nascimento

(organizadores)

FÓRUM NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA

Coordenadores

Biênio 2016-2017: Welder Antônio Silva (UFMG)

Biênio 2018-2019: Thiago Henrique Bragato Barros (UFPA)

V REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA

Evento realizado na Escola de Ciência da Informação da UFMG em Belo Horizonte, Minas Gerais, de 07 a 10 de novembro de 2017

COMISSÃO ORGANIZADORA – UFMG

Coordenador: Welder Antônio Silva

Subcoordenadora: Cintia Aparecida Chagas Arreguy

Alessandro Ferreira Costa

Ivana Denise Parrela

José Francisco Guelfi Campos

Marta Eloísa Melgaço Neves

COMISSÃO CIENTÍFICA

Presidente: Renato Pinto Venâncio (UFMG)

Vice-presidente: Adalson de Oliveira Nascimento (UFMG)

Ana Célia Rodrigues (UFF)

Daniel Flores (UFSM)

Eliezer Pires da Silva (UNIRIO)

Georgete Medleg Rodrigues (UnB)

Heloísa Liberalli Bellotto (USP)

José Maria Jardim (UNIRIO)

Lúcia Maria Velloso de Oliveira (FCRB)

Maria Celina Soares de Mello e Silva (MAST)

Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UnB)

COMISSÃO AVALIADORA

Diretor: Renato Pinto Venâncio (UFMG)

Adalson de Oliveira Nascimento (UFMG)

Ana Célia Rodrigues (UFF)

Andre Malverdes (UFES)

Anna Carla Almeida Mariz (UNIRIO)

Cintia Aparecida Chagas Arreguy (UFMG)

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (UFF)

Cynthia Roncaglio (UnB)

Daniel Flores (UFSM)

Eliane Braga de Oliveira (UnB)

Eliezer Pires da Silva (UNIRIO)

Georgete Medleg Rodrigues (UnB)

Glaucia Vieira Ramos Konrad (UFSM)

Heloísa Liberalli Bellotto (USP)
Ivana Denise Parrela (UFMG)
João Marcus Figueiredo Assis (UNIRIO)
José Maria Jardim (UNIRIO)
Julianne Teixeira e Silva (UFPB)
Katia Isabelli de Bethania Barros e Melo (UnB)
Lúcia Maria Velloso de Oliveira (FCRB)
Luciana Quillet Heymann (CPDOC/FGV)
Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (UNESP)
Maria Celina Soares de Mello e Silva (MAST)
Maria Teresa Navarro de Britto Matos (UFBA)
Moisés Rockembach (UFRGS)
Natália Bolfarini Tognoli (UNESP)
Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UnB)
Roberto Lopes dos Santos Junior (UFPA)
Thiago Henrique Bragato Barros (UFPA)
Ursula Blattmann (UFSC)
Welder Antônio Silva (UFMG)

COMISSÃO DE APOIO – TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA UFMG

Amanda dos Santos da Paixão
Cláudia Márcia
Christiano B. Santos
Edgar Gonzaga
Élida Pieri
Eliedir Marcelina
Gilma Pereira
Guilherme Diniz
Gustavo Miranda Ferreira
Nely Ferreira
Luiz Henrique Loureiro
Viviany Braga

MONITORES – ALUNOS/AS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFMG

Gilmar Rodrigues Barreto
Gisele Maria Arcanjo
Graziele Cristina Rodrigues Silva
Neide Araujo Oliveira Braga
Suellen Alves de Melo
Suzana Cristina de Oliveira da Cruz
Yara Levy Martins de Souza Sane

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida
Vice-reitor: Alessandro Fernandes Moreira

ESCOLA DE CIÊNCIA INFORMAÇÃO
Diretora: Terezinha de Fátima Carvalho de Souza
Vice-diretora: Adriana Bogliolo Sirihal Duarte

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
Coordenadora: Maria Guiomar da Cunha Frota
Subcoordenador: Fabrício José Nascimento da Silveira

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA
Coordenadora: Cintia Aparecida Chagas Arreguy
Subcoordenadora: Mariana Batista do Nascimento

CAPA, DIAGRAMAÇÃO, ARTE E FINALIZAÇÃO DO E-BOOK
Edinaldo Medina Batista

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-65609-09-8



| | |
|------|--|
| R444 | Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (5. : 2017: Belo Horizonte, MG) Ensino e pesquisa em arquivologia [recurso eletrônico] : cenários prospectivos / Renato Pinto Venâncio; Welder Antônio Silva; Adalson Nascimento (Organizadores). – Dados eletrônicos. – Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2018. 728 p. : il. E-book. Inclui referências. Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. ISBN: 978-85-65609-09-8 1. Arquivologia – Congressos. 2. Arquivologia – Ensino. 3. Arquivologia – Pesquisa. I. Venâncio, Renato Pinto. II. Silva, Welder Antônio. III. Nascimento, Adalson. CDU: 651.5(063) |
|------|--|

Ficha catalográfica: Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG.

DIREITO AUTORAL E DE REPRODUÇÃO

Direitos de autor © 2018 para artigos individuais dos autores. São permitidas cópias para fins privados e acadêmicos, desde que citada a fonte e autoria. A republicação deste material requer a permissão dos detentores dos direitos autorais. Os editores deste volume são responsáveis pela publicação e detentores dos direitos autorais.

Escola de Ciência da Informação da UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
Belo Horizonte – MG – 31.270-010
www.eci.ufmg.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... p.10

MOÇÕES..... p.12

PLENÁRIAS

1. A EXPERIÊNCIA DO MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NA UNIRIO.....p.16
Eliezer Pires da Silva, Mariana Lousada

2. CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: RUMO À UMA HARMONIZAÇÃO CURRICULAR POSSÍVEL.....p.29
Welder Antônio Silva, Cintia Aparecida Chagas Arreguy, Leandro Ribeiro Negreiros

3. PROSPECÇÃO DOS ARQUIVOS: FUTURO DA ARQUIVOLOGIA.....p.44
Daniel Flores, Graziella Cé

COMUNICAÇÕES

I - EXPERIÊNCIAS CURRICULARES

4. RELATOS DE EXPERIÊNCIA EM DISCIPLINAS RELACIONADAS À FUNDAMENTOS, AVALIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICAS.....p.63
Evelin Melo Mintegui, Roberta Pinto Medeiros, Thiago Henrique Bragato Barros

5. REFORMA CURRICULAR DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFES: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....p.80
Tânia Barbosa Salles Gava, Luciana Itida Ferrari, Margarete Farias de Moraes

6. DO ENSINO À PRÁTICA DA CLASSIFICAÇÃO NOS ARQUIVOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....p.100
Fernanda da Costa Monteiro, Fernanda de Souza Antunes

7. A DESCRIÇÃO NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL: ASPECTOS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E TERMINOLÓGICOS DE UMA FUNÇÃO ARQUIVÍSTICA.....p.114

Natália Bolfarini Tognoli, Laura Maria Rego Piva, Rafael Cacciolari Dalessandro

II - GESTÃO DOCUMENTAL E ACESSO À INFORMAÇÃO

8. ROTEIRO DE APLICAÇÃO DA GESTÃO POR PROCESSOS NA GESTÃO DE DOCUMENTOS.....p.133

Fábio Barros Silva, Antônio Rodrigues Andrade

9. METODOLOGIA DA IDENTIFICAÇÃO APLICADA A CONSTRUÇÃO DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO PARA ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS.....p.152

Silvia Lhamas de Mello, Ana Célia Rodrigues

10. MANUAL DE IDENTIFICAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES DE ÓRGÃO PRODUTOR: PARÂMETROS PARA IDENTIFICAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO PRODUTOR VISANDO A ELABORAÇÃO DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS.....p.171

Mariana Batista do Nascimento

11. GESTÃO DE DOCUMENTOS NO ÂMBITO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....p.188

Eduardo Luiz dos Santos, Ana Celeste Indolfo

12. A GESTÃO DE DOCUMENTOS NA SOCIOEDUCAÇÃO: O CASO DO NOVO DEGASE.....p.208

Jean Maciel Xavier, Eliezer Pires da Silva, Mariana Lousada

13. A ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS NO CONTEXTO DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS E ADMINISTRATIVOS EXISTENTES EM ORGANISMOS PRODUTORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE.....p.229

Gillian Leandro de Queiroga Lima, Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amaral, Hernane Borges de Barros Pereira, Francisco José Aragão Pedroza Cunha

14. A APLICABILIDADE DA METODOLOGIA DA IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA AOS ARQUIVOS CIENTÍFICOS DO NÚCLEO DE PESQUISA GECEM/UFRJ...p.244
Jacilene Alves Brejo, Junia G.C. Guimarães e Silva

15. OPACIDADE E TRANSPARÊNCIA INFORMACIONAL: A VIGILÂNCIA COMO FERRAMENTA DE CONTROLE E ACESSO A DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS.....p.258
Thayron Rodrigues Rangel, Rodolpho Guimarães Pereira, Brenda Couto de Brito Rocco

III - LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS

16. POR UM MODELO SOCIETAL NA GESTÃO DAS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS.....p.276
Gleice Carlos Nogueira Rodrigues, Paulo Roberto Elian dos Santos

17. PROPOSTA PARA A POLÍTICA E O SISTEMA DE ARQUIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.....p.293
Igor José Garcez, José Maria Jardim

18. OS ARQUIVOS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: ESTUDO DE IDENTIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS PARA O ACESSO À INFORMAÇÃO.....p.314
Ana Celia Rodrigues

19. O CONCEITO DE ARQUIVO E DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO EM ESTUDOS DE LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA.....p.326
Margareth da Silva

IV - PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E AÇÃO EDUCATIVA

20. O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO COMO PATRIMÔNIO EM CENTROS DE MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL BRASILEIRO.....p.346
Rodrigo Costa Japiassu, Vitor Manoel Marques da Fonseca, Lídia Silva de Freitas

21. IMPACTOS DO ATOM NA DESCRIÇÃO E NO ACESSO AOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS DA CASA DE OSWALDO CRUZ.....p.363

Cleber Belmiro dos Santos, Eliezer Pires da Silva

22. ENTRE AS OBRAS E OS DOCUMENTOS: INTERSEÇÕES ENTRE OS SABERES ARQUIVÍSTICO E MUSEOLÓGICO NO TRATAMENTO DO ACERVO DO ARTISTA PLÁSTICO RUBENS GERCHMAN.....p.382

Thayane Vicente Vam de Berg

23. UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DIDÁTICA REALIZADA NO PROJETO DE EXTENSÃO “CAFÉ COM ARQUIVO: O DOCUMENTO EM DEBATE.....p.397

Fernanda da Costa Monteiro, Daniele Chaves Amado

V - HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA

24. HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: NOTAS SOBRE O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.....p.410

Maria Teresa Navarro de Britto Matos, Rita de Cássia Santana de Carvalho Rosado

25. ARQUIVOS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A TEMÁTICA ARQUIVÍSTICA NA REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, 1938-1945.....p.430

Vitor Manoel Marques da Fonseca, Darlene Alves Bezerra

VI - PERFIL E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

26. UM ESTUDO SOBRE O PERFIL DOS ARQUIVISTAS NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA: UM PANORAMA ENTRE OS ANOS DE 2007 E 2015.....p.451

Raquel Fernandes Tavares, Priscila Ribeiro Gomes

27. PERFIL E AUTO-IMAGEM PROFISSIONAL DOS ARQUIVISTAS DO RIO DE JANEIRO.....p.471

Wagner Ramos Ridolphi, Luiz Cleber Gak

28. A PESQUISA EM ARQUIVOS E ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: ANÁLISE DOS GRUPOS DE PESQUISA CERTIFICADOS PELO CNPq.....p.489

Angélica Alves da Cunha Marques, Cynthia Roncaglio, Natália Bolfarini Tognoli, Thiago Henrique Bragato Barros

VII - INSTITUIÇÕES E SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS

29. REFLETINDO SOBRE AS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E A COMPLEXIDADE.....p.507

Brenda Couto de Brito Rocco, Bianca Couto de Brito

30. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE GUARDA EXTERNA DE DOCUMENTOS PROSPECTADOS NA PETROBRAS.....p.523

José Antonio Pereira Do Nascimento, Ana Celeste Indolfo

31. GOVERNANÇA DE SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS: POSSIBILIDADES E POTENCIALIDADES EM ORGANIZAÇÕES DE CARÁTER PRIVADO.....p.542

Alexandre de Souza Costa

32. CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELEVÂNCIA DE INTEGRAR A PRESERVAÇÃO E A GESTÃO DE DOCUMENTOS NO COMANDO DA AERONÁUTICA.....p.556

Karina Veras Praxedes

VIII - TIPOLOGIA DOCUMENTAL

33. DOCUMENTAÇÃO EM SAÚDE: EXPERIÊNCIA NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO POLYDORO ERNANI DE SÃO THIAGO.....p.576

Isabella Christina Gondim, Eliana Maria dos Santos Bahia

34. CARTA DE AMOR COMO PONTO DE ACESSO: RESULTADOS DE PESQUISA.....p.596

Camila Mattos da Costa, Lucia Maria Velloso de Oliveira

35. A TIPOLOGIA DOCUMENTAL DOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO NA DITADURA CIVIL MILITAR NOS ANOS 1970.....p.614

Rosale de Mattos Souza

36. APONTAMENTOS ACERCA DO DOCUMENTO TÉCNICO DE ENGENHARIA NO CAMPO TEÓRICO DOS ARQUIVOS.....p.633

Marilda Martins Coelho, Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

IX - ARQUIVOS, UNIVERSIDADES E MUSEUS

37. DOCUMENTOS DE ARQUIVO PRODUZIDOS PELAS ATIVIDADES DE PESQUISA: UMA ANÁLISE DOS CADERNOS DE LABORATÓRIO.....p.652

Paulo Roberto Elian dos Santos, Renata Silva Borges, Francisco dos Santos Lourenço

38. ARQUIVOS EM MUSEUS E ARQUIVOS DE MUSEUS: DOIS CONCEITOS PARA OS ARQUIVOS NOS MUSEUS.....p.671

Fabiana Costa Dias, João Marcus Figueiredo Assis

39. ARQUIVOS DE MUSEUS: UM PROGRAMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS PARA O MUSEU DO ÍNDIO.....p.690

Thais Tavares Martins, Ana Celeste Indolfo

40. ARQUIVOS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR: MANUTENÇÃO, GUARDA E ACESSO.....p.709

Zenóbio Santos Júnior, Luiz Cláudio Gomes Maia, Ana Maria Pereira Cardoso

16
POR UM MODELO SOCIETAL
NA GESTÃO DAS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS

Gleice Carlos Nogueira Rodrigues

Paulo Roberto Elian dos Santos

1 INTRODUÇÃO

Embora na atual conjuntura brasileira seja difícil estabelecer previsões em relação ao destino das políticas públicas, de uma forma geral, neste trabalho procuramos apontar reflexões sobre o Estado brasileiro e as possibilidades de construção de políticas arquivísticas, à luz dos modelos de gestão pública discutidos por diferentes autores.

No campo da administração pública há uma expressiva produção de trabalhos que ao analisar as reformas do Estado e modelos de gestão, invariavelmente recorrem a uma perspectiva histórica, em especial sobre o período republicano. Klering, Porse e Guadagnin (2010) estudam os diferentes modelos de administração que teriam sido adotados como resultado das tentativas de reformas do Estado brasileiro. Dessa forma, apontam a existência dos modelos patrimonialista, burocrático e gerencial e consideram que mais recentemente, estão sendo experimentadas tendências que indicam para uma “vertente societal” ou “vertente alternativa” na gestão pública. Essa vertente busca formas de ampliar a participação da sociedade como destacam:

Dentre experiências participativas, podem ser citadas: os fóruns temáticos, conselhos gestores de políticas públicas, conselhos de órgãos e de administrações públicas, planejamento via orçamento participativo, e outras formas mais. Tais experiências se diferenciam de outras, uma vez que colocam em questão a tradicional prerrogativa do executivo em monopolizar a formulação e o controle das políticas públicas. Oportunizam, assim, novos meios de interlocução e negociação entre as estruturas de administração pública e a sociedade (KLERING; PORSE; GUADAGNIN, 2010, p.10).

Para discorrer sobre a vertente ou modelo societal, os autores citam as pesquisas de Paes de Paula (2005), que no artigo *Administração Pública Brasileira*

entre o Gerencialismo e a Gestão Social, discorre sobre os dois modelos de gestão que teriam sido adotados na Administração Pública brasileira nas últimas décadas: a administração pública gerencial e a societal. Sendo assim, utilizamos uma comparação entre os dois modelos feita pela autora para elucidar os elementos do modelo societal que acreditamos ser mais adequado para as políticas arquivísticas.

É importante frisar que os diferentes modelos de gestão apontados por Klering, Porse e Guadagnin (2010) e por Paes de Paula (2005) podem não estar totalmente superados, se sobrepõem ao longo da história e a sua identificação com a realidade do país pode variar conforme os pontos de vista dos teóricos.

A partir disso, descrevemos do ponto de vista legal e institucional como está desenhado o tema da Política Nacional de Arquivos (PNA), bem como os espaços de participação social nas políticas arquivísticas como o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), a Conferência Nacional de Arquivos (Cnarq) e a consulta pública para revisão da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 (Lei de Arquivos). Apontamos as considerações de autores do campo da Arquivologia a respeito do tema e por fim discutimos alguns aspectos necessários para que as políticas arquivísticas em âmbito nacional sejam direcionadas para o modelo societal.

Como recursos metodológicos foram utilizados a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental na legislação e no documento que sistematiza as contribuições enviadas ao CONARQ durante a consulta pública para revisão da Lei de Arquivos.

O interesse pelo tema justifica-se pelo anseio em compreender como são construídas as políticas públicas e quais as possibilidades de ações cooperativas e a presença na gestão do Estado por meio da sociedade civil, para desse modo, refletir sobre como podem ocorrer essas dinâmicas nas políticas arquivísticas.

2 MODELO SOCIETAL E MODELO GERENCIAL

Paes de Paula descreve algumas características dos modelos gerencial e societal, que teriam sido adotados no Brasil nas últimas décadas como resultado dos processos de mobilização em que

[...] os brasileiros estiveram engajados no processo de redemocratização do país, buscando reformar o Estado e construir um modelo de gestão pública capaz de torná-lo mais aberto às necessidades dos cidadãos brasileiros, mais voltado para o interesse

público e mais eficiente na coordenação da economia e dos serviços públicos (PAES DE PAULA, 2005, p.37).

A pesquisadora observa os dois modelos quanto as suas semelhanças e diferenças em relação às origens, ao projeto político, à abordagem de gestão e ao aspecto que é de nosso maior interesse que são as formas de participação social na construção das políticas públicas.

No esforço de análise histórica do modelo gerencial, a autora ressalta que sua origem está relacionada ao que chama de “crise de governabilidade e credibilidade do Estado na América Latina” (PAES DE PAULA, 2005, p.37), nos anos 1970 e 1980. Nesse contexto, há um movimento internacional que busca a reforma do aparelho do Estado, começando na Europa e nos Estados Unidos e tendo como ideário o gerencialismo que havia sido difundido por Margareth Thatcher e Ronald Reagan, no Reino-Unido e nos Estados Unidos, respectivamente. (PAES DE PAULA, 2005).

No Brasil, o principal expoente desse modelo foi o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, que assumiu o Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare) e buscou outras experiências para adaptá-las ao nosso país, sob a justificativa de buscar alternativas para resolver a “crise” do Estado. Esse modelo, também chamado de nova administração pública, ganhou força a partir dos anos 1990, com o debate sobre a reforma do Estado e o desenvolvimento da administração pública gerencial (PAES DE PAULA, 2005).

Alguns fatores que contribuíram para fomentar esse debate foram as críticas ao patrimonialismo e autoritarismo do Estado brasileiro e a crise do nacional-desenvolvimentismo. Para a autora, esses debates

estimularam a emergência de um consenso político de caráter liberal que, segundo nossa análise, se baseou na articulação das seguintes estratégias: a estratégia de desenvolvimento dependente e associado; as estratégias neoliberais de estabilização econômica; e as estratégias administrativas dominantes no cenário das reformas orientadas para o mercado. Essa articulação sustentou a formação da aliança social-liberal, que levou o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) ao poder (PAES DE PAULA, 2005, p.38).

Como característica do modelo, foram divididas as “atividades exclusivas” e as “não exclusivas” do Estado, da seguinte forma em que fica evidente a quem seriam atribuídas as competências em relação às políticas públicas: as chamadas atividades exclusivas do Estado seriam “a legislação, a regulação, a fiscalização, o fomento e

a formulação de políticas públicas, que são atividades que pertencem ao domínio do núcleo estratégico do Estado” (PAES DE PAULA, 2005, p.38). Os órgãos que compõem esse núcleo são a Presidência da República e os Ministérios (Poder Executivo), as secretarias formuladoras de políticas públicas, as agências executivas e as agências reguladoras (PAES DE PAULA, 2005).

Entre as chamadas atividades não-exclusivas do Estado estão os serviços de caráter competitivo e as atividades auxiliares ou de apoio. São exemplos dos primeiros, os serviços sociais como saúde, educação, assistência social e os serviços científicos, “que seriam prestados tanto pela iniciativa privada como pelas organizações sociais que integrariam o setor público não-estatal” (PAES DE PAULA, 2005, p.38). As atividades como limpeza, vigilância, transporte, serviços técnicos e manutenção são consideradas auxiliares ou de apoio e podem ser terceirizadas, por meio de licitação pública (PAES DE PAULA, 2005).

O outro modelo estudado pela autora seria o de uma vertente societal, que estaria em desenvolvimento na ocasião na publicação do artigo e se manifesta em experiências alternativas de gestão pública, como os conselhos gestores e o orçamento participativo, construídas como resultado das mobilizações populares de movimentos sociais, partidos de esquerda e centro-esquerda e organizações não-governamentais que atuaram contra a ditadura e pela redemocratização do país (PAES DE PAULA, 2005).

Em relação às origens desse modelo e seu contexto, Paes de Paula também afirma que houve a participação por exemplo da Igreja Católica por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que, inspiradas nos ideais da teologia da libertação e da educação popular, discutiam os problemas coletivos, o que contribuiu para a formação de lideranças populares (PAES DE PAULA, 2005).

Já entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, tempos de crise do governo militar e abertura política, ressurgem os movimentos sociais. Foi nessa conjuntura que cresce a participação popular, principalmente nos anos 1980, que culminou na Constituinte, cujos participantes se esforçaram para ampliar as formas de participação da sociedade civil nas decisões públicas. As diferentes forças políticas buscavam novas relações entre o Estado e a sociedade e o fortalecimento da sociedade civil para a construção da democracia.

Os diferentes movimentos questionavam “o Estado como protagonista da gestão pública, bem como a idéia de público como sinônimo de estatal” (MEZZOMO KEINERT, *apud* PAES DE PAULA, 2005, P.39). Nesse sentido, buscavam a “implementação de um projeto político que procura ampliar a participação dos atores

sociais na definição da agenda política, [...] desmonopolizando a formulação e a implementação das ações públicas” (PAES DE PAULA, 2005, p.39).

No quadro a seguir, Paes de Paula sintetiza algumas das principais características dos dois modelos em estudo.

Quadro 1 – Variáveis observadas na comparação dos modelos.

| | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOCIETAL |
|---|---|--|
| Origem | Movimento internacional pela reforma do Estado, que se iniciou nos anos 1980 e se baseia principalmente nos modelos inglês e estadunidense | Movimentos sociais brasileiros, que tiveram início nos anos 1960 e desdobramentos nas três décadas seguintes |
| Projeto político | Enfatiza a eficiência administrativa e se baseia no ajuste estrutural, nas recomendações dos organismos multilaterais internacionais e no movimento gerencialista. | Enfatiza a participação social e procura estruturar um projeto político que repense o modelo de desenvolvimento brasileiro, a estrutura do aparelho de Estado e o paradigma de gestão. |
| Dimensões estruturais enfatizadas na gestão | Dimensões econômico-financeira e institucional-administrativa | Dimensão sociopolítica |
| Organização administrativa do aparelho do Estado | Separação entre as atividades exclusivas e não-exclusivas do Estado nos três níveis governamentais | Não há uma proposta para a organização do aparelho do Estado e enfatiza iniciativas locais de organização e gestão pública |
| Abertura das instituições políticas à participação social | Participativo no nível do discurso, mas centralizador no que se refere ao processo decisório, à organização das instituições políticas e à construção de canais de participação popular | Participativo no nível das instituições, enfatizando a elaboração de estruturas e canais que viabilizem a participação popular |
| Abordagem de gestão | Gerencialismo: enfatiza a adaptação das recomendações gerencialistas para o setor público | Gestão social: enfatiza a elaboração de experiências de gestão focalizadas nas demandas do público-alvo, incluindo questões culturais e participativas |

Fonte: Paes de Paula (2005, p.41).

Analisando os dois modelos em uma perspectiva comparada, a autora faz diversas considerações. A primeira delas é que o gerencialismo está mais voltado para a reorganização do aparelho do Estado e focado em questões administrativas. Enquanto que “a vertente societal, por sua vez, enfatiza principalmente a participação social e procura estruturar um projeto político que repense o modelo de desenvolvimento brasileiro, a estrutura do aparelho de Estado e o paradigma de gestão” (PAES DE PAULA, 2005, p.41).

A respeito das políticas públicas, analisa que o modelo gerencial

Aposta-se na eficiência do controle social e se delega a formulação de políticas públicas aos burocratas: o monopólio das decisões foi concedido às secretarias formuladoras de políticas públicas e a execução, atribuída às secretarias executivas, aos terceiros ou às

organizações sociais, de acordo com o caráter da atividade (PAES DE PAULA, 2005, p.43).

Dessa forma, nem o controle social, nem a transparência são adequados. A ênfase da participação social se dá “no engajamento da própria burocracia pública ou dos quadros das organizações sociais no processo de gestão. A estrutura e a dinâmica do aparelho do Estado pós-reforma não apontam os canais que permitiriam a infiltração das demandas populares” (PAES DE PAULA, 2005, p.43).

A autora ainda detalha como é a dinâmica da participação social nas organizações sociais e considera que os formatos dessas organizações “não permitem uma maior inserção popular no processo decisório e na formulação de políticas públicas”, devido a sua estrutura rígida, incapaz de absorver “o complexo tecido mobilizatório existente na sociedade brasileira” (PAES DE PAULA, 2005, p.44).

Em relação à vertente societal, a pesquisadora salienta que havia em 2005, “algumas experiências participativas que possuem essas características, como os Fóruns Temáticos dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas e do Orçamento Participativo” (PAES DE PAULA, 2005, p.44).

Contudo, a autora enfatiza que a implementação do modelo societal e a reforma do Estado de acordo com suas prerrogativas ainda era bem incipiente e que “esse desafio não apresentou avanços no governo Lula, pelo fato deste apresentar uma continuidade em relação ao governo anterior, no que se refere à estrutura e à dinâmica organizacional” (PAES DE PAULA, 2005, p.44). Em outro momento em que discute a vertente societal, afirma que “a expectativa de que essa nova abordagem de gestão pública se tornasse a marca do governo federal não se concretizou. Até o momento se observa uma continuidade em relação às práticas gerencialistas” (PAES DE PAULA, 2005, p.40).

Com base nas considerações desenvolvidas, a autora resume os limites e pontos positivos dos dois modelos no quadro a seguir.

Quadro 2 - Limites e pontos positivos dos modelos de gestão analisados.

| | LIMITES | PONTOS POSITIVOS |
|---------------------------------|--|--|
| Administração pública gerencial | <ul style="list-style-type: none"> - Centraliza o processo decisório e não estimula a elaboração de instituições políticas mais abertas à participação social - Enfatiza mais as dimensões estruturais do que as dimensões sociais e políticas da gestão - Implementou um modelo de reforma e gestão pública que se inspirou nas recomendações e no design sugeridos pelo movimento internacional de reforma de Estado - Não há uma proposta nova para a organização do aparelho do Estado | <ul style="list-style-type: none"> - Possui clareza em relação à organização do aparelho do Estado e métodos de gestão - Alguns métodos gerencialistas vêm melhorando a eficiência do setor público, especialmente no campo econômico-financeiro |
| Administração pública societal | <ul style="list-style-type: none"> - Não elaborou de forma mais sistemática alternativas de gestão coerentes com seu projeto político - Não conseguiu ainda desenvolver uma estratégia que articule as dimensões econômico-financeira, institucional-administrativa e sociopolítica da gestão pública | <ul style="list-style-type: none"> - Procura elaborar um projeto de desenvolvimento que atenda aos interesses nacionais - Está construindo instituições políticas e políticas públicas mais abertas à participação social e voltadas para as necessidades dos cidadãos |

Fonte: Paes de Paula (2005, p.46).

A adoção do modelo societal para as políticas arquivísticas é defendida por Paulo Elian dos Santos (2015) no texto da palestra *O que dizer dos arquivos e da Arquivologia brasileira*, no qual afirma que vários diagnósticos a respeito dos arquivos já foram feitos ao longo dos anos e que a Cnarq foi importante para mapear os principais problemas e apontar caminhos.

No entanto, esse pesquisador destaca que “o Brasil precisa de um sistema aberto, federativo, cooperativo, multipolar e de orientação descentralizadora. Um sistema que opere com as três esferas de poder e uma ampla participação de instituições públicas e privadas e da sociedade civil [...]” (SANTOS, 2015, p.5). Ressalta ainda a importância “de uma engenharia política que seja inspirada naquilo que alguns pesquisadores da ciência política e da administração pública chamam de “Estado em Rede” ou modelo “societal”” (SANTOS, 2015, p.5), e que seja mais avançada que as práticas patrimonialistas, burocráticas e gerenciais de gestão pública.

Diante disso, passamos a analisar alguns aspectos das políticas arquivísticas, como sua importância e configurações no âmbito nacional, para posteriormente discuti-las na perspectiva dos modelos de gestão pública.

3 POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS

José Maria Jardim é autor da definição mais conhecida na literatura arquivística sobre essas políticas e as considera um

[...] conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais, em nome do interesse social - que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada (JARDIM, 2003, p.38).

A respeito da importância dessas políticas para a sociedade, Renato Tarciso Barbosa de Souza destaca que o acesso à informação é preciso para que os cidadãos possam conhecer as informações existentes sobre eles e que as políticas públicas de arquivo são necessárias para que essas informações estejam organizadas, acessíveis e protegidas (SOUZA, 2006). Em relação à relevância das políticas arquivísticas para outras áreas, esse mesmo autor considera que

as políticas públicas nas áreas de saúde, ciência ou habitação contam com os diversos impactos das políticas arquivísticas na atuação das organizações governamentais naquelas áreas. A política pública de arquivo é matricial, pois o sucesso obtido em sua implementação fornece às outras políticas públicas informações necessárias as suas formulações (SOUZA, 2006, p.5).

Em resumo, Souza (2006, p.5) considera que “Os objetivos das políticas públicas de arquivo devem ser pautados, inicialmente, pelo direito do cidadão à informação e, também, pelo apoio à administração, à proteção da memória e ao desenvolvimento científico”.

3.1 Política Nacional de Arquivos: configurações e formas de participação social.

Do ponto de vista do ordenamento jurídico, o tema da Política Nacional de Arquivos é apresentado no cenário brasileiro, oficialmente, com a publicação da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que, segundo o seu *caput* “Dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos” (BRASIL, 1991). O artigo 26 da referida Lei trata de dois

instrumentos que seriam fundamentais para o funcionamento dessa política: o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e o Sistema Nacional de Arquivos (Sinar). Ao primeiro, a Lei atribui a seguinte responsabilidade: “definirá a política nacional de arquivos, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos (SINAR)” (BRASIL, 1991).

O Sinar já havia sido criado em 1978, por meio do Decreto nº 82.308, de 25 de setembro, tendo como órgão central o Arquivo Nacional. No ano de 1994, o Decreto nº 1.173, de 29 de junho de 1994, fixou as competências do CONARQ e do Sinar e viria a ser revogado oito anos depois, pelo Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, publicado para regulamentar a Lei nº 8.159 e que está vigente no momento.

A composição do CONARQ ficou estabelecida na chamada Lei de Arquivos determinando que “O Conselho Nacional de Arquivos será presidido pelo Diretor-Geral do Arquivo Nacional e integrado por representantes de instituições arquivísticas e acadêmicas, públicas e privadas” (BRASIL, 1991). Os demais membros foram estabelecidos pelo Decreto 4.073, de 3 de janeiro de 2002, da seguinte forma: dois representantes do Poder Executivo Federal; dois representantes do Poder Judiciário Federal; dois representantes do Poder Legislativo Federal; um representante do Arquivo Nacional; dois representantes dos Arquivos Públicos Estaduais e do Distrito Federal; dois representantes dos Arquivos Públicos Municipais; um representante das instituições mantenedoras de curso superior de arquivologia; um representante de associações de arquivistas; três representantes de instituições que congreguem profissionais que atuem nas áreas de ensino, pesquisa, preservação ou acesso a fontes documentais, tendo cada Conselheiro um suplente (BRASIL, 2002).

Sendo assim, esse Conselho ficaria responsável por definir a Política Nacional de Arquivos, enquanto que o mesmo Decreto estabeleceu que o Sinar “tem por finalidade implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivo” (BRASIL, 2002). Vale destacar que o Sinar, de acordo com a legislação, agregaria os arquivos de todos os órgãos públicos, dos três poderes e das esferas federal, estaduais e municipais.

No ano de 2011, com a publicação do Decreto nº 7.430, de 17 de janeiro, que “Dispõe sobre a transferência do Arquivo Nacional e do Conselho Nacional de

Arquivos - CONARQ da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Justiça”, novas dinâmicas surgiram em relação a mobilização no campo dos arquivos, que resultaram em novos espaços de participação social na construção da Política Nacional de Arquivos.

A mudança do Arquivo Nacional da estrutura da Casa Civil, onde permanecera desde o ano 2000¹, para o Ministério da Justiça (MJ), foi considerada por diferentes atores, como entidades científicas, instituições arquivísticas, grupos de profissionais, pesquisadores da área de Arquivologia e usuários de arquivos como um retrocesso, fator que motivou mobilizações como a criação de movimentos a favor do Arquivo Nacional e da Política Nacional de Arquivos, manifestações públicas, eventos, debates, reuniões, mobilizações nas redes sociais, abaixo-assinado, entre outros.

Esse movimento alcançou a atenção do poder público e colocou na agenda do governo discussões importantes que culminaram na realização da Conferência Nacional de Arquivos (Cnarq), de 14 a 17 de dezembro de 2011, precedida de conferências nas cinco macrorregiões do país. Dividida em seis eixos, dezenas de propostas e moções foram aprovadas visando orientar o futuro da Política Nacional de Arquivos.

Como um dos resultados da Conferência, foi dado início ao processo de revisão da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que contou com um período para consulta pública entre 16 de setembro a 15 de novembro de 2013. Em 2014, o CONARQ, responsável pela consulta pública, enviou a proposta de minuta do novo projeto de Lei ao Ministério da Justiça.

Diante do exposto, passamos a analisar as considerações de alguns pesquisadores do campo da Arquivologia a respeito da gestão das políticas arquivísticas em âmbito nacional, mais precisamente da Política Nacional de Arquivos e no aspecto de nosso especial interesse que é a participação social.

Em uma análise da trajetória dos fatos em torno da PNA, Santos (2015) realiza críticas relevantes sobre esse tema. O autor avalia como importantes os dispositivos legais estabelecidos na Constituição de 1988 e na Lei de Arquivos. Também aponta que o CONARQ foi colocado em marcha em 1994 e que há uma densa legislação, assim como orientações e diretrizes técnicas, porém, pondera que

¹ Disponível em <http://www.arquivonacional.gov.br/institucional/historico.html> Acesso em 16 jun. 2017.

não construímos uma política, não mobilizamos o tecido social da arquivologia brasileira, portanto, alimentamos a crença de que os sistemas desenhados no papel e uma chuva de resoluções, ou a procura por um lugar na estrutura, sabe-se lá aonde, resolveriam nossa agenda. Creio que muitos já não alimentam essa perspectiva, o que nos parece positivo (SANTOS, 2015, p.5).

Além dessas fragilidades apresentadas por Santos, Diego Barbosa da Silva, no artigo *Onde está a sociedade civil na Política Nacional de Arquivos?* (2015) discute diversas constatações bastante relevantes. Algumas das formas de participação social que estudamos nos referenciais teóricos referentes aos modelos de gestão pública, especialmente o modelo societal, como os conselhos gestores de políticas públicas, estão presentes no artigo aplicadas no âmbito dos arquivos.

O artigo analisa três espaços em que a sociedade civil participa ou participou da Política Nacional de Arquivos segundo o autor: o Conselho Nacional de Arquivos, a I Conferência Nacional de Arquivos e o Colegiado Setorial de Arquivos do Conselho Nacional de Política Cultural (SILVA, 2015). Nos dedicaremos às considerações do pesquisador relativas aos dois primeiros.

Ao pesquisar os dados do Sistema Nacional de Participação Social sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da República e o *site* Participação em Foco, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que agregam informações a respeito dos conselhos e conferências nacionais, espaços interconselhos e interconferências, ouvidorias, audiências e consultas públicas, órgão e colegiados, bem como outras formas de participação social, Silva (2015) evidencia que não consta o CONARQ nem a Cnarq.

Outra constatação importante feita pelo pesquisador é que no CONARQ, “dos 17 membros, 13 são representantes do poder público e apenas quatro da sociedade civil” (SILVA, 2015, p.46), o que corresponde a 23,5%, de acordo com a composição estabelecida pelo Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002.

Silva (2015) analisa ainda a composição de 41 conselhos nacionais e observa que desses, “[...]17 apresentam mais membros da sociedade civil do que do poder público, 15 apresentam representação paritária e apenas oito são compostos por mais representantes do poder público do que da sociedade civil [...]” (SILVA, 2015, p.50). O CONARQ estaria entre esse último grupo e entre os conselhos cujos

presidentes são chefes dos órgãos aos quais estão vinculados. A pesquisa constatou ainda que

Analisando o índice de representantes da sociedade civil em cada conselho, o CONARQ ocuparia a 38ª posição, com um dos menores percentuais de representantes da sociedade civil, ficando à frente apenas de 3, nesta ordem: Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONDEC) e do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Há, assim, no CONARQ uma grande assimetria entre a representatividade do poder público frente à da sociedade civil (SILVA, 2015, p.51).

O pesquisador também ressalta a forma como os representantes da sociedade civil são escolhidos e avalia que mesmo aqueles que são da sociedade civil, a escolha é feita por meio de convite da Presidência do Conselho, diferente de outros conselhos cujos membros são eleitos por seus pares na forma de processos coletivos e de natureza mais democrática. A respeito do CONARQ, o autor avalia que “o Conselho, assim, não cumpre nenhuma função mobilizadora, que, por fim, prejudica o efetivo exercício de suas funções deliberativa e consultiva” (SILVA, 2015, p.52).

O CONARQ também foi objeto de análise de Santos (2015) que defende uma profunda mudança na composição do Conselho, capaz de ampliar a participação democrática dos setores representativos do campo dos arquivos, pois acredita que dessa forma, contribuiria para a democracia no país e uma melhor compreensão sobre a função dos arquivos dentro desse regime político.

O segundo espaço de participação da sociedade civil abordado por esse autor foi a Cnarq. A importância das conferências nacionais como a Cnarq é defendida por Santos (2015) que considera importantes instrumentos de participação política e de construção de “consensos possíveis” em diversas áreas. O teórico ainda relaciona as conferências com os modelos de Estado em Rede ou societal e aponta que são espaços que precisam ser preservados e aperfeiçoados para o desenvolvimento dos arquivos, “como seus mais diversos aspectos inerentes aos processos dessa natureza, de natureza democrática: especialmente aqueles que envolvem o conflito, a negociação e a definição de rumos” (SANTOS, 2015, p.6).

Porém, a respeito da Cnarq, Silva (2015) sinaliza algumas lacunas. Uma delas é que associações da sociedade civil como a OAB, a ABI e ONGs de direitos humanos não participaram da Conferência. O autor verifica também que a Cnarq

não distinguiu os representantes do poder público e da sociedade civil, mas mesmo assim, pode constatar por meio dos dados da inscrição que, dos 83 delegados eleitos, apenas 9 seriam da sociedade civil (SILVA, 2015).

A partir da pesquisa portanto, conclui que “a participação da sociedade civil na política de arquivos é aquém da desejável, pois ela não enxerga a importância dessa política em sua vida e a sociedade não tem como enxergar a importância da política de arquivos” (SILVA, 2015, p.63).

Diante disso, é preciso buscar compreender como é a composição e as formas de organização e participação da sociedade civil no campo dos arquivos.

3.2 E a sociedade civil no campo da Arquivologia? Está preparada para o modelo societal?

Ao analisar a configuração do CONARQ estabelecida na legislação e as análises dos pesquisadores, observamos que são poucos os espaços de participação social que indicariam para um modelo societal na gestão da Política Nacional de Arquivos. Porém, por outro lado, é preciso olhar a forma de organização e interesse da sociedade civil em participar das decisões das políticas arquivísticas.

Mais do que isso, é preciso refletir sobre o que exatamente representa a sociedade civil na área de arquivos. Como já citamos a constatação de Silva (2015), em um marco da Arquivologia brasileira que foi a I Cnarq, não foi possível distinguir exatamente quem representaria a sociedade civil ou o poder público.

Outro evento com abertura para participação social que analisamos foi a consulta pública para revisão da Lei de Arquivos. O documento obtido com a Coordenação do CONARQ, por meio do Serviço de Informação ao Cidadão², nos permitiu tecer algumas considerações sobre esse processo que mobilizou diferentes segmentos do campo arquivístico.

Nos dois meses em que esteve aberta à participação, a consulta pública contou com o envio de sugestões de 45 atores diferentes: 3 associações profissionais: a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), a Associação

² Documento intitulado *Consolidação da Lei de (sic) 8.159, de 8 de janeiro de 1991, vigente, com proposta de revisão e inserção de novos dispositivos ao Projeto de Lei, aprovados pelo Plenário do CONARQ em suas 73ª, 74ª e 75ª Reuniões Plenárias e com as justificativas quanto à aceitação ou não das contribuições recebidas durante a consulta pública sobre o texto de PL.*

Brasiliense de Arquivologia (ABARQ) e a Associação dos Servidores do Arquivo Nacional (ASSAN); 3 serviços arquivísticos; 3 cursos de graduação; 1 observatório ligado a um curso de pós graduação; 2 grupos de profissionais ligados a órgãos públicos (ex. equipe técnica do BNDES); 1 grupo criado no Arquivo Nacional; 30 pessoas que enviaram contribuições avulsas e 2 atores de outros segmentos.

Considerando o tamanho do campo arquivístico que hoje conta com 16 cursos de graduação em Arquivologia e 12 associações profissionais (RIDOLPLHI, 2016), não teria sido baixa a participação em um processo tão importante?

Nesse sentido, concordamos com Silva (2015) que sugere formas de melhorar a participação da sociedade civil nas políticas públicas arquivísticas e assinala que o abandono dos arquivos só será revertido quando a sociedade brasileira perceber sua importância para o exercício da cidadania e preservação da memória. O autor sugere que isso pode ser feito da seguinte forma: “a longo prazo, por meio da introdução dessa temática nas escolas e de uma profunda reforma na educação e, a curto prazo, com a convocação da sociedade civil pela comunidade arquivística para participar da elaboração de políticas públicas” (SILVA, 2015, p.64).

Entretanto, o pesquisador aponta que essa convocação à sociedade civil deve se dar principalmente com os setores que ainda não se envolveram com as políticas arquivísticas, como “sindicatos, associações de moradores, centrais de favelas, associações de médicos, de jornalistas, de engenheiros, de economistas, de empregados domésticos, estudantes, povos indígenas, artistas, donas de casa, idosos, todo e qualquer movimento social” (SILVA, 2015, p.64).

4 CONCLUSÕES

Consideramos que a atual conjuntura brasileira indica para o aprofundamento do neoliberalismo, em que o Estado se volta cada vez mais para os interesses das classes dominantes, promovendo significativos retrocessos nas políticas públicas em diversas áreas. Isso se dá muitas vezes seguindo as políticas determinadas pelos organismos internacionais. Essas características são próprias do modelo gerencial como apontado no texto. Entendemos também que o Estado brasileiro ainda carrega características dos modelos patrimonialista e burocrático.

Apesar de acreditarmos que uma sociedade ideal é aquela justa, igualitária e com as relações humanas baseadas na solidariedade, sem necessidade do Estado,

consideramos que o modelo societal é capaz de direcionar o Estado brasileiro um pouco mais no sentido dos interesses da maior parte da sociedade.

Esperamos que as crises pelas quais passa o país se tornem momentos favoráveis à organização da sociedade para intervir na gestão e redemocratização do Estado. Desse modo, defendemos que os atores do campo arquivístico se interessem e atuem na construção das políticas arquivísticas e que o modelo societal seja implementado, especialmente, na Política Nacional de Arquivos. Para tanto, acreditamos que algumas ações são necessárias, entre outras:

- Aumentar os espaços de participação social como a realização de conferências que garantam a participação da sociedade civil, no mínimo bianuais para avaliação das ações feitas e planejamento de novas ações. Nessas conferências deve ser garantida a participação de atores que constroem o campo arquivístico como universidades, instituições arquivísticas, serviços arquivísticos, associações profissionais de Arquivologia, mas também daqueles que são outros interessados por essas políticas públicas como os usuários dos arquivos e os cidadãos de uma forma geral.

- Ampliar a participação da sociedade civil no CONARQ e democratizar a gestão do Conselho incluindo os mecanismos de eleição à Presidência e a participação em suas câmaras técnicas e setoriais.

- Instituir instrumentos que estimulem ações cooperativas no campo dos arquivos nas três esferas do poder público.

- Implementar o Sistema Nacional de Arquivos.

- Criar um fundo para financiamento de ações nos arquivos com orçamento participativo, transferência de recursos para estados e municípios para promoção da descentralização da gestão e abertura de editais para democratizar o acesso aos recursos.

- Ampliar o diálogo com outras políticas públicas.

- Avaliar periodicamente com participação social a implementação e os resultados das políticas.

- Desenvolver campanhas educativas sobre a importância dos arquivos, visando aproximar a sociedade desses espaços, bem como da construção de políticas públicas para a área.

- Enfrentar os interesses de empresas privadas da área de arquivos em realizar serviços que devem ser prestados pela administração pública, como é o

caso do que propõe o Projeto de Lei (PL) 7920/2017 que tramita na Câmara dos Deputados³.

Essas são apenas algumas iniciativas que poderiam indicar para a construção de um modelo societal, outras ações devem ser pensadas de maneira democrática e com enfoque sociopolítico.

Os marcos teóricos estudados relativos aos modelos de gestão trazem diversos outros elementos que podem ser aplicados à gestão das políticas arquivísticas e cujos estudos podem ser melhores aprofundados em futuras pesquisas. Afinal, as considerações dos autores levantadas neste trabalho evidenciam que ainda há um vasto caminho a percorrer no que se refere às políticas arquivísticas, seja do ponto de vista da sua construção e do fomento à participação social, seja do ponto de vista acadêmico, ou seja, da realização de mais investigações sobre esse tema.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 jun. 2017.

_____. Lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em 15 jun. 2017.

_____. Decreto 4.073 de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4073.htm. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. Decreto nº 7.430, de 17 de janeiro de 2011. Dispõe sobre a transferência do Arquivo Nacional e do Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Justiça. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jan. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7430.htm. Acesso em 8 jun. 2017.

_____. **I Conferência Nacional de Arquivos**: por uma política nacional de arquivos 2011. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

³ O PL 7920/2017 permite que empresas privadas executem atividades como digitalização e autenticação de documentos, cujos originais poderão ser destruídos e tem sido chamado de "PL da Queima de Arquivo". Saiba mais em <http://queimadearquivonao.webnode.com>.

JARDIM, José Maria. De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo Federal. **Ciência da Informação**. Brasília, DF, v. 41, n. 1, p.35-49, jan/abr., 2013. Acesso em 10 jul. 2017.

_____. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, Eliana (org.). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

KLERING, Luis Roque; PORSSE, Melody de Campos Soares; GUADAGNIN, Luis Alberto. Novos caminhos da administração pública brasileira. **Análise**, Porto Alegre, v. 21, n° 1, jan/jun, 2010.

PAES DE PAULA, Ana Paula. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. **ERA**, vol. 45, nº1 jan./mar 2005. Disponível em: http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75902005000100005.pdf. Acesso em 15 mai. 2017.

RIDOLPHI, Wagner Ramos. **A profissionalização do arquivista no Estado do Rio De Janeiro**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. O que dizer dos arquivos e da Arquivologia brasileira? **O futuro dos arquivos**. Mesa-redonda realizada na Unirio em 09 jun. 2015.

SILVA, Diego Barbosa da. Onde está a sociedade civil na Política Nacional de Arquivos? **Informação Arquivística**. v.4, nº1. Rio de Janeiro, AAERJ, 2015. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/86/53> Acesso em 20 mai. 2017.

SOUSA, Renato T. B. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. In: **Congresso Nacional de Arquivologia**. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1026>. Acesso em 24 mai. 2017.